

Contexto de discentes indígenas na Universidade Estadual da Bahia: estudo de caso

The context of indigenous students at the State University of Bahia: a case study

Contexto de estudiantes indígenas en la Universidad del Estado de Bahía: estudio de caso

Joelma Boaventura da Silva¹

Antônio Hilário Aguilera Urquiza²

DOI: <https://doi.org/10.20435/serie-estudos.v32i72.2206>

Resumo: O presente artigo incide sobre a vivência acadêmica indígena, tomando por base um estudo de caso realizado junto a Universidade do Estado da Bahia – BA com discentes matriculados entre 2015 e 2020. O referido estudo fez parte de pesquisa de doutorado na Universidade Federal da Bahia – BA em programa multidisciplinar. O objetivo principal desse artigo é apresentar o estudo de caso realizado. De maneira secundária, visa-se discutir as dificuldades específicas apontadas pelos partícipes indígenas da pesquisa quanto as suas permanências na instituição de ensino superior. A metodologia empregada é de abordagem qualitativa com descrição das etapas do mencionado estudo, apresentando os principais dados produzidos, além de descrever, brevemente, as etnias identificadas durante a pesquisa. Verificou-se que há uma diversidade significativa de etnias na universidade multicampista estadual bahiana, formando o corpo discente da graduação, mas apesar disso, foram elencadas dificuldades de cunho financeiro, tecnológico e de inserção social.

Palavras-chave: vivência acadêmica indígena; etnias; educação superior indígena.

Abstract: This article examines Indigenous students' academic experiences based on a case study conducted at the State University of Bahia (UNEB), involving undergraduate students enrolled between 2015 and 2020. The study is part of a doctoral research project developed within a multidisciplinary graduate program at the Federal University of Bahia (UFBA). The primary objective of the article is to present the results of the case study. Secondly, it seeks to discuss the specific difficulties reported by Indigenous participants regarding their retention in higher education. The research adopts a qualitative approach, detailing the stages of the study and presenting the main data produced, as well as briefly describing the Indigenous ethnic groups identified throughout the research process. The findings indicate a significant diversity of Indigenous ethnicities within the multicampus structure of the state university, composing the undergraduate student

¹ Universidade do Estado da Bahia (UNEB), Salvador, Bahia, Brasil.

² Universidade Federal do Mato Grosso do Sul (UFMS), Campo Grande, Mato Grosso do Sul, Brasil.

body. Nevertheless, the study highlights persistent challenges related to financial constraints, technological access, and social integration within the academic environment.

Keywords: Indigenous academic experience; ethnic groups; Indigenous higher education.

Resumen: El presente artículo se centra en la vivencia académica indígena, tomando como referencia un estudio de caso realizado en la Universidad del Estado de Bahía (UNEB), con estudiantes matriculados entre los años 2015 y 2020. Dicho estudio forma parte de una investigación doctoral desarrollada en la Universidad Federal de Bahía (UFBA), en el marco de un programa multidisciplinario. El objetivo principal del artículo es presentar el estudio de caso realizado; de manera secundaria, se busca analizar las dificultades específicas señaladas por los participantes indígenas de la investigación en relación con su permanencia en la institución de educación superior. La metodología adoptada es de enfoque cualitativo, con la descripción de las etapas del estudio mencionado y la presentación de los principales datos producidos, además de una caracterización sucinta de las etnias identificadas a lo largo de la investigación. Los resultados evidencian una diversidad significativa de pueblos indígenas en la universidad estatal multicampus de Bahía, que conforman el estudiantado de grado. No obstante, se identifican dificultades relacionadas con aspectos financieros, tecnológicos y de inserción social en el ámbito universitario.

Palabras clave: vivencia académica indígena; etnias; educación superior indígena.

1 INTRODUÇÃO

A temática discutida é atual levando-se em conta os dados estatísticos do Censo Demográfico que declara a existência de 1.695.535 pessoas indígenas no Brasil (IBGE, 2022), assim como a quantidade de estudantes indígenas na educação superior, em torno de 48 mil (Brasil, 2024).

A relevância do tema incide sobre a especificidade do estudo em uma instituição de ensino superior *multicampi* e na identificação de etnias nordestinas que ingressaram na universidade tanto em cursos regulares, via cotas sócio/étnicas, como em cursos de Licenciatura Intercultural Indígena, por chamada específica.

A importância do estudo de caso apresentado se verifica nos aspectos metodológicos da pesquisa e dos dados produzidos. Ressalta-se que, a autora deste artigo e pesquisadora, à época do estudo de caso, pertence ao quadro docente da Universidade do Estado da Bahia – UNEB, e trabalhou em comissão de validação de cotas entre os anos de 2018 a 2020, portanto, teve um contato direto com o fenômeno pesquisado. O autor é pesquisador há mais de vinte anos na temática da educação escolar e superior indígena com vasta produção sobre o assunto, além de ter sido orientador na pesquisadora em sede de doutorado.

A metodologia do artigo está calcada numa abordagem qualitativa. Procedese uma descrição da pesquisa feita e a discussão sobre as etnias identificadas

com base em reviso de literatura, estendendo-se às dificuldades apontadas pelos partícipes.

O artigo está estruturado em quatro seções. A primeira seção descreve o estudo de caso. Na sequência, apresenta-se a universidade *lócus* do estudo. A terceira seção discorre sobre o perfil dos discentes partícipes. Na quarta seção discute-se as dificuldades enfrentadas. Por fim, as considerações finais arrematam a discussão.

2 DESCRREVENDO O ESTUDO DE CASO

Tratou-se de um estudo de caso único na modalidade incorporada que é “[...] frequentemente utilizado para perseguir um propósito explanatório e não apenas exploratório ou descritivo” (Yin, 2001, p. 23). Assim foi possível “[...] propor explicações concorrentes para o mesmo conjunto de eventos, indicar como essas explicações podem ser aplicadas a outras situações” (Yin, 2001, p. 23).

A pesquisa se debruçou sobre unidades de análise distintas, mas interligadas, a saber: dois *campi* universitários; discentes indígenas cotistas; discentes indígenas não cotistas; cursos de graduação de oferta regular e especial, portanto, a escolha do estudo de caso único incorporado restou adequada ao contexto de várias unidades de análises, ainda que “[...] dentro de um caso único, se dá atenção a uma subunidade ou a várias subunidades” (Yin, 2001, p. 64).

O lapso temporal delimitado foi de 2015 a 2020. Tal lapso se lastreia em: a) sistematização dos dados de ingresso e saída dos discentes pela Secretaria de Avaliação Institucional (SEAVI) da UNEB que começaram a catalogadas a partir de 2015; b) o início do doutoramento em 2020; c) ausência de vestibular em 2020 devido à situação pandêmica decorrente do Corona Vírus *Disease* (COVID-19), portanto ingressaram no ano de 2020, os aprovados no processo seletivo do ano de 2019; d) maior possibilidade de acesso aos discentes indígenas, por estes estarem vinculado ainda a universidade.

Escolheu-se dois *campi* da UNEB para a pesquisa. Para tal escolha utilizou-se dos seguintes critérios: a) a proximidade geográfica de grandes comunidades indígenas com o *campus* VIII – Paulo Afonso; b) os dois maiores contingentes de cotistas indígenas por *campus* (*campi* I e VIII, Salvador e Paulo Afonso, respectivamente); c) a existência do curso de Licenciatura em Educação Escolar Indígena (LICEEI) no *campus* de Paulo Afonso, como uma das formas de acesso à educação

superior para além das cotas sócio/étnicas. Os dois *campi mencionados*, abarcam cinco departamentos, equivalendo a 8,3% dos municípios em que a UNEB se faz presente, e simultaneamente, correspondendo a 17,2 % dentre os 30 departamentos desta IES. Os partícipes da pesquisa são os discentes indígenas da UNEB, circunscritos aos *campi* I e VIII com vinculações aos cursos de LICEEI e demais cursos no *lôcus* da pesquisa.

Utilizou-se do instrumento de pesquisa na forma de questionários. O formato *online* foi empregado em decorrência do estado pandêmico da COVID-19 que fez com as atividades acadêmicas retornassem totalmente de forma presencial na UNEB apenas no segundo semestre de 2022. Ante a indefinição sobre o retorno presencial e o receio de comprometer o tempo regulamentar do doutorado iniciado em 2020, os questionários nesse formato viabilizaram a pesquisa. Houve ampla divulgação da pesquisa e do *link* de acesso ao primeiro questionário. O Diretório Acadêmico de Estudantes da UNEB e os Centros Acadêmicos nos dois *campi* se encarregaram da divulgação da pesquisa, assim como os Colegiados de Cursos.

O primeiro questionário teve a maioria de questões em múltiplas escolhas e apenas algumas questões abertas. Foi composto por trinta e uma perguntas, sendo algumas delas desdobradas em subquestões. A predominância de questões de múltiplas escolhas possibilitou traçar um perfil dos respondentes e quantificar algumas variáveis. Esta etapa reforçou a necessidade de buscar mais informações e novos aportes teóricos. Entende-se que a abordagem por meio de questionário, de preferência, deve utilizar questões abertas e fechadas, para alcançar vários conteúdos, segundo ensina Gil (1999, p. 132): “[...] conteúdo sobre fatos, atitudes, comportamentos, sentimentos, padrões de ação, comportamento presente ou passado, entre outros”, como foi utilizado no estudo de caso.

No primeiro questionário foi inserida uma pergunta sobre o interesse do respondente em participar na sequência da pesquisa através do questionário de refinamento. As respostas afirmativas eram acompanhadas do informe de *e-mail*. Dentre vinte e um respondentes, nove deles concordaram em contribuir para o refinamento dos dados via um segundo questionário.

O questionário de refinamento de dados (segundo questionário) teve um número maior de questões abertas, o que possibilitou obter mais informações sobre a vivência de discentes indígenas da UNEB. Esse questionário foi composto de vinte e cinco questões, dentre as quais, dezessete eram objetivas e oito

possibilitavam respostas discursivas. As questões objetivas serviram para reiterar as informações do primeiro questionário e aperfeiçoar o perfil dos partícipes, enquanto as questões discursivas possibilitaram o diálogo com as teorias e conceitos da fundamentação teórica.

Salienta-se que ambos os questionários foram respondidos durante o primeiro semestre de 2022 e a análise das respostas ocorreu entre os meses de outubro e dezembro de 2022. Considerando-se a ética na pesquisa quanto ao acesso aos respondentes, em ambos os questionários, utilizou-se de termo de consentimento livre e esclarecido, além de informar sobre os objetivos da mesma. O estudo foi autorizado por Comitê de Ética na Pesquisa – CEP.

Até aqui descreveu-se a realização do estudo de caso, passa-se na seção à frente para a descrição do *locus* da pesquisa, a saber: Universidade do Estado da Bahia – UNEB.

3 DESCREVENDO A UNIVERSIDADE

Inicia-se pelos aspectos históricos da constituição da UNEB, ao passo que se discute seu modelo *multicampi*.

A UNEB foi responsável pela interiorização da educação superior na Bahia, iniciando suas atividades em 1983. Seu surgimento esteve vinculado:

- I. Concepção de uma universidade multipolar, a partir de exemplos de universidades paulistas: “Universidade de São Paulo (USP), Universidade de Campinas (UNICAMP) e Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (UNESP). Todas três com pluralidade de *campi*” (Boaventura, 2009, p. 33);
- II. A realização do III Congresso da Organização Universitária Interamericana (OUI), presidido por *Gilles Boulet*, reitor da Universidade de Québec, na cidade de Salvador em 1983. Nesse evento, o professor Edvaldo Boaventura apresentou uma comunicação acerca da educação superior e de cooperação interamericana, para a interiorização, racional e organizada, da universidade (Boaventura, 2009);
- III. A publicação da lei que ratificou o sistema *multicampi* e assim fez “[...] a implantação de cursos e *campi* universitários nas regiões do Estado, observadas as suas peculiaridades, bem como a legislação federal pertinente” (Boaventura, 2009, p. 38);

IV. O respaldo constitucional de expansão da educação superior ao atingir “[...] centros urbanos importantes como Paulo Afonso, Barreiras, Jacobina, Itaberaba, Serrinha. E cresce no tempo quando assume a herança telúrica de Canudos e a negritude” (Boaventura, 2009, p. 44).

Percebe-se que a UNEB se antecipou ao expansionismo da educação superior proposto pela Constituição Federal de 1988. Expansão essa que deveria ter sido realizada pelas universidades federais. Um dos fundamentos para sua interiorização foi a visão do seu idealizador, Edivaldo Machado Boaventura, de “[...] receber alunos originários de escolas secundárias públicas, incluindo negros e indígenas” (Boaventura, 2009, p. 106).

A formação desta IES partiu de um “[...] núcleo estruturante para um sistema de educação que articulava educação básica e educação superior, e a distribuição regional das oportunidades educacionais” (Boaventura, 2009, p. 30). Tratou-se de um projeto audacioso em “[...] tempos de avanços, sim, mas tempos que também traziam o testemunho do descaso à educação superior na Bahia” (Boaventura, 2009, p. 30).

Estar-se-ia diante de uma instituição multicampista que implica em “[...] ser uma singularidade em face das configurações universitárias existentes, as quais em sua maioria possuem apenas um *campus* para realização de suas atividades acadêmicas” (Silva, 2015, p. 15). Essa modalidade *multicampi* tem vantagens, a despeito de algumas desvantagens em decorrência da dispersão geográfica de unidades institucionais incidindo sobre a natureza administrativa e de gestão acadêmica (Fialho, 2005), mas acima de tudo, este modelo universitário coaduna com os propósitos de universidades estaduais e com a vocação do espaço regional (Boaventura, 1978).

Felix e Salvadori (2018, p. 105) afirmam que a UNEB é “[...] a maior instituição pública de ensino superior *multicampi* das regiões norte, nordeste e centro-oeste do Brasil”. Em 2022, ela passou a ter trinta departamentos e vinte e cinco *campi*. Desta maneira cobre “[...] dezenove dos vinte e sete Territórios de Identidade do Estado da Bahia³” (Felix; Salvadori, 2018, p. 105).

³ Território de identidade foi a denominação adotada pelo Estado da Bahia, a partir de 2007, via Secretaria de Planejamento (SEPLAN), “a esteira da implantação e consolidação de políticas públicas na perspectiva do desenvolvimento regional, pelo Ministério de Desenvolvimento Agrário (MDA), como forma de contrabalançar e arrefecer as assimetrias regionais” (Felix; Salvadori,

É notório que a capilaridade da multicampia unebiana beneficia milhares de cidadãos baianos, a maioria pertencente ao segmento social e economicamente desfavorecido e excluído. Dentre as atividades desenvolvidas pela UNEB destacam-se atividades formativas em assentamentos da reforma agrária e em comunidades indígenas e quilombolas (Silva, 2024).

Em 2011, foi expedida a Resolução nº 847 do Conselho Superior Universitário (CONSU) da UNEB, a qual reserva sobrevagas para indígenas, efetivando assim, o sistema de cotas. Este fato ocorreu um ano antes da lei 12.711 que instituiu as cotas para as universidades e institutos federais. Não apenas por via das cotas corre o acesso para os indígenas nessa instituição, pois a partir de 2009, os povos originários já acessavam, de forma sistemática, através da Licenciatura Intercultural de Educação Escolar Indígena (LICEEI), ofertada como uma graduação modular para professoras e professores indígenas na região de Paulo Afonso.

Dentro do contexto acima descrito, optou-se por realizar o estudo de caso em dois *campi* dentre os vinte e cinco que a compõem a IES. Os *campi* escolhidos estão localizados nas cidades de Salvador, sede da universidade, *Campus I*, e Paulo Afonso, no norte da Bahia, *Campus VIII*.

Estatisticamente, apurou-se no *Campus I* – Salvador um quantitativo de quarenta discentes indígenas de ⁴sexo feminino e vinte e dois de sexo masculino (Silva, 2024). O total de sessenta e dois discentes indígenas cotistas no *campus I*, matriculados desde 2015 até 2020, remete a uma variedade de cursos de graduação tendo em vista que neste *campus* existem quatro departamentos: Educação, Ciências da Vida (área de saúde), Ciências Exatas e da Terra e Ciências Humanas (Silva, 2024).

No *campus VIII* em Paulo Afonso havia um quantitativo oitenta e sete matriculados no período pesquisado. Este *campus* contemplou as duas categorias de discentes indígenas: cotistas e não cotistas. Uma peculiaridade nos dados estatísticos deste *campus* é que não se teve acesso ao informe sobre o sexo de discentes matriculados na LICEEI em 2018 (Silva, 2024).

Em suma, a maior concentração de cotistas indígenas está no *campus* em Salvador, enquanto que no *campus* de Paulo Afonso há a maior concentração de discentes indígenas não cotistas (Silva, 2024).

2018, p. 105).

⁴ Se utiliza a categoria sexo biológico por acompanhar os dados fornecidos pela UNEB através da SEAVI e de seus anuários.

Uma vez conhecida a IES, avança-se na discussão sobre os perfis discentes identificados.

4 PERFIL DOS /AS DISCENTES INDÍGENAS

Para a configuração do perfil, utilizaram-se as categorias: sexo, idade, habitação e etnia.

Identificou-se na produção de dados que há predominância das mulheres, enquanto discentes indígenas num percentual de 76% (Silva, 2024).

A presença feminina na educação superior, com base no Censo da Educação Superior do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisa Educacionais Anísio Teixeira (INEP), de 2019, é de 55,7% das matrículas. Para Carneiro e Saraiva (2021, p. 1), “[...] em cursos de graduação, elas são minoria entre os alunos nas áreas ligadas às ciências exatas e maioria entre as funções ligadas a cuidados e educação”. Destaca-se que a presença feminina é preponderante nos cursos da área de Humanas e Ciências Sociais Aplicadas, os mesmos cursos identificados no estudo de caso em tela.

O protagonismo de mulheres indígenas na profissionalização é apontado por Lifschitz (2011, p. 50): “[...] notava-se que as mulheres procuravam cada vez mais profissões, as quais atribuíam um ganho na autonomia, como a profissão de professora ou funcionária pública e que isso afetava o comportamento de toda a comunidade”.

Quanto a idade, apurou-se que os partícipes são jovens, entre 18 e 25 anos, correspondendo ao percentual de 42,9%, a maioria. Em seguida aparece a segunda maior incidência, qual seja, a faixa etária entre 31 e 40 anos, denominada de adultos (Silva, 2024). Salienta-se que todas as faixas etárias identificadas são consideradas economicamente ativas. A primeira delas encontra-se em compasso com a média etária dos universitários brasileiros.

Quanto à habitação constatou-se que a maioria (57%) vive aldeado/comunitário em zona rural. Os discentes indígenas urbanos corresponderam a 28,5% (Silva, 2024). Chama atenção a predominância feminina entre as discentes originárias urbanas. Três delas do Estado de Pernambuco: sendo duas Pankararú e uma Atikum. Duas outras discentes Kaimbé e Kantaruré do Estado da Bahia (Silva, 2024).

As etnias identificadas foram: Pankararú correspondendo a 24% do total; Kaimbé com 23,8%; Pankararé, Kantaruré e Atikum empatados em 9,5% cada.

Demais etnias apresentaram percentual igualitário: Kiriri, Xucuru-Kariri, Tuxá, Pataxó e Katokinn, esse último, dissidente de Pankarurú no Estado de Alagoas (Silva, 2024).

As etnias presentes na UNEB vinculam-se aos Estados da Bahia, majoritariamente, Pernambuco e Alagoas, em menor quantidade. Vale lembrar que a Bahia ocupa a segunda posição indígena no país e Pernambuco em quarto lugar. A população indígena em Paulo Afonso orbita em torno de 5.007 pessoas e em Salvador estão aproximadamente 27.700 (IBGE, 2022).

4.1 Sobre as etnias

Comenta-se a seguir, de maneira sucinta, sobre cada uma das etnias identificadas tendo como critério a ordem alfabética.

I. Atikum: Em relação ao nome do Povo Atikum, diz Grunewald (1999, p. 3), que a “primeira referência que temos data da época da formação da aldeia (década de 1940) quando em uma comunicação interna do serviço de proteção ao índio (SPI) da quarta inspetoria regional deste órgão”. A localização dessa etnia está na região das Serras das Crioulas e Umã, nos limites do atual município de Carnaubeira da Penha em Pernambuco, existindo também um grupo dissidente em Mato Grosso do Sul. Eles “[...] são falantes apenas do português e possuem a ‘cor da pele negra’, e por isso, são vistos pelos outros não como índios, mas como negros”. Pelos estudos de Silva (2000, p. 32), “[...] esses indígenas antes de se identificar como pernambucanos [...] preferem ser identificados como índios do Nordeste, um ‘índio diferente’ que se originam de uma ‘terra seca’”.

II. Kaimbé: A terra homologada Kaimbé está a 36 km da sede do município de Euclides da Cunha — BA, precisamente entre as bacias do Rio Itapicuru e do Vaza Barris. Trata-se da Terra Massacará, ocupada por esse grupo indígena desde a “[...] primeira missão estabelecida pelos Jesuítas no sertão do nordeste no século XVII, provavelmente em 1639 e administrada por franciscanos a partir do final daquele século” (Atlas, 1993, p. 30) Em relação à língua originária, “[...] não há registros suficientes de termos nativos para concluir sobre a filiação linguística desse grupo [...] podem sugerir tratar-se de um grupo da família linguística Kariri” (ISA, 2013). Em termos de manifestações culturais, “[...] as festas e rituais entre os Kaimbé incluem

a dança do Toré (não havendo uma data específica para sua realização), a zabumba (semanalmente) e a dança do boi do arará em período de festas ou visitas na comunidade” (ISA, 2013).

III. Kantaruré: A localização desse povo é o “[...] município de Glória – BA, próximo ao lago formado pela barragem de Itaparica” (Atlas, 1993, p. 18). A área é composta por duas aldeias: Batida e Baixa das Pedras.

No século XXI, formam um contingente de 353 indivíduos “segundo os dados da FUNASA no ano de 2003” (Luciano Baniwa, 2006, p. 28) nos dois núcleos de ocupação, a aproximadamente 5 quilômetros da margem direita do Rio São Francisco (Brasileiro, 2003). Portanto “a pesca constitui mais uma alternativa de subsistência para o povo Kantaruré”, especialmente os peixes como “corvina, tucunaré, pirambeba, piranha, traíra e tucari (ou panhari)” (Brasileiro, 2003, p. 1).

Há uma peculiaridade em relação a esse povo, a saber, o “etnônimo Kantaruré é recente” (Atlas, 1993, p. 18), pois os membros da comunidade Kantaruré eram tratados pelos regionais como “Caboclos da Batida”. De acordo com Brasileiro (2003, p. 1) “[...] esse etnônimo foi sugerido por um índio Pankararé, em contraposição ao até então adotado pelo grupo, “caboclos da Batida”, quando do processo de reconhecimento oficial”.

A organização desse grupo é também recente e conta com forte influência dos Xucuru-Kariri de Quixaba e Pankararé – grupos vizinhos habitantes do mesmo município, além dos Tuxá da região de Paulo Afonso, pois “[...] foi com o apoio destes vizinhos e de alguns Tuxá que os Kantaruré, em fins dos anos 80, procuraram a FUNAI reivindicando o seu reconhecimento” (Atlas, 1993, p. 18).

IV. Katokinn: Esse povo está localizado na zona urbana de Pariconha, região do Sertão de Alagoas. Eles são descendentes dos Pankararú – PE, falantes da língua Tupi Guarani, apenas na oralidade. Foram reconhecidos em 2003 pela FUNAI. Trata-se de uma população aproximada de 1.183 pessoas aldeadas (Alagoas, 2022). Essa etnia é proveniente de um deslocamento espacial do Sertão de Pernambuco, ainda no século XIX, em razão de desterritorialização promovida por criadores de gado, num ataque que permaneceu na memória dos indígenas como o “tempo das linhas”. “Os membros dessas etnias são obrigados a dividir as terras de seu território com posseiros da região, causando conflitos regulares acerca da gestão dos elementos da natureza presentes” (Lima; Oliveira; Miranda, 2019, p. 145). Historicamente

essa comunidade é uma ramificação do etnônimo Pankararú, considerada a comunidade “mãe”, localizada em Brejos dos Padres, no município de Tacaratu – PE (Alagoas, 2022).

V.V Kiriri: Existem oficialmente dois núcleos do povo Kiriri com terras homologadas nos municípios de Banzaê e Muquém de São Francisco. Um pequeno grupo, dissidente, está em Jacobina, também na Bahia, mas sem reconhecimento oficial (Silva, 2024). Quanto à denominação desta etnia, sabe-se que é um vocábulo de origem *tupi* que significa povo “calado”, “taciturno” (Silva, 2024).

VI. Pankararé: Essa etnia está concentrada no Estado da Bahia nos municípios de Glória, Paulo Afonso e Rodelas com população de mais de 1600 pessoas (ISA, 2013). Os primeiros contatos com este grupo indígena na região do baixo e médio São Francisco “ocorreram em meados do século XVII, período de intensificação da atividade courística (ciclo do couro)” (Atlas, 1993, p. 35). A construção das Hidrelétricas de Itaparica e Moxotó afetou as terras Pankararé e desencadeou o reassentamento da população atingida em área contíguas (Atlas, 1993). Esse grupo, assim como seus parentes Pankararu, Kantarurê e Jiripancó, entre outros, “são descendentes da população indígena que originalmente habitava o trecho do rio São Francisco entre a cachoeira de Paulo Afonso, a embocadura do rio Pajeú e as caatingas, brejos e serras adjacentes” (Brasileiro, 2003).

VII. Pankakarú: Eles estão localizados no Estado do Pernambuco, especialmente, nos municípios de Tacaratu e Petrolândia. Eles fazem parte do grupo mais amplo de “índios do sertão” ou Tapuia (Dantas; Sampaio; Carvalho, 1992).

Elencam-se duas situações principais que desassossegam a vida dessa etnia:

a) desconsideração da tradição oral, ratificada por relatórios de órgão indigenistas, sobre a área real pertencente ao grupo étnico (Atlas, 1993), o que impactou na extensão e ocupação da atual cidade de Tacaratu em território memorial Pankararú; e b) Construção da barragem de Itaparica e o enchimento do seu lago que desalojaram várias famílias de não-indígenas, em torno de 3.000 pessoas, as quais não foram devidamente reassentadas pela CHESF, e passaram a ocupar terra Pankararú (Atlas, 1993).

A fonte de renda do grupo incide “sobre a venda dos excedentes agrícolas e de seu artesanato” (Atlas, 1993, p. 39). Segundo Oliveira (2004, p. 5) “[...] a

comunidade Pankararú, [...] parece um lugar comum do sertão nordestino, ou seja, mais uma comunidade rural perdida no vale, igual a tantas outras comunidades”. A configuração espacial dispõe de “casinhas quase iguais, com energia elétrica e água canalizada, rodeadas de roças, de animais por perto, transporte para deslocamento até a cidade e a simplicidade do povo local” (Oliveira, 2004, p. 5). Há, no entanto, um patrimônio identitário cultural os revela: “[...] somos índios; mesmo perdidas muitas tradições, aquelas mantidas são vividas plenamente pela comunidade e contribuem expressivamente para a convicção da identidade étnica” (Oliveira, 2004, p. 5). Isto pode “[...] assegurar que os Pankararú trazem um grande orgulho de sua resistência, de sua cultura, de continuar existindo como povo” (Oliveira, 2004, p. 5).

VIII. Pataxó: Povo que vive em diversas aldeias no extremo sul do Estado da Bahia e no norte de Minas Gerais. Há evidências de que a aldeia de Barra Velha existe há quase dois séculos e meio, desde 1767 (Carvalho; Miranda, 2013). Hoje se esforçam para avivar sua língua Pataxó Hã-Hã-Hãe e os rituais dos antigos como o Awê (Carvalho; Miranda, 2013). No geral, a língua materna não é mais falada. A comunicação é feita através do português mesclado com vocábulos de língua indígena. Há, no entanto, um grande esforço para a reconstrução da língua Pataxo-Hã-Hã-Hãe, “Língua de Guerreiro” (Bonfim, 2012). Esse esforço é traduzido pelo trabalho do grupo de pesquisadores Pataxó, que desde 1998 se dedica ao estudo da língua, e faz referência ao “processo de retomada da língua pataxó” (Bonfim, 2012).

IX. Tuxá: localizado em três áreas distintas devido à inundação de suas terras por barragens construídas pela CHESF. A primeira área fica “à margem do Rio São Francisco próximo à sede do município de Ibotirama/BA” (Leite, 1993, p. 13). A segunda, no município de Rodelas – BA, e por fim, município de Inajá – PE, “à margem do rio Moxotó entre Inajá e Ibimirim sertão pernambucano. Próximo ao limite sudeste da área indígena de Kambiwá” (Atlas, 1993, p. 60). No passado, esse povo teve seu território tomado por invasão de não indígenas ao longo dos séculos XVIII e XIX, de modo tal que, nas primeiras décadas do século XX, não ocupavam nenhuma das ilhas no Rio São Francisco, sendo compelidos a trabalhar para os seus invasores. Na década de 1940, “[...] conseguiram reaver uma das ilhas, a da Viúva, onde desenvolveram uma intensa atividade agrícola ao longo das quatro décadas

seguintes, marcada, a partir dos anos 60, por produtos comerciais como a cebola e o arroz” (Atlas, 1993, p. 33).

X. Xucuru-Kariri: Tem esse nome devido ao convívio de duas etnias, Xucuru e Kariri, ambas presente até hoje no nordeste brasileiro (ISA, 2013). A maioria deles vive na zona urbana do município de Palmeiras dos Índios, Alagoas. Em 2010, o grupo somava cerca de 2.900 pessoas (ISA, 2013). Um outro agrupamento localiza-se “à margem do lago formado pela barragem de Moxotó, próximo ao povoado de Quixaba, município de Glória/BA” (Atlas, 1993, p. 46).

Os participantes da pesquisa advêm, do mosaico étnico acima descrito. Eles estão territorializados no âmbito acadêmicos e percebem o quão difícil é ser e estar na educação superior.

5 DIFICULDADES ENFRENTADAS

Alguns autores afirmam que os acadêmicos indígenas enfrentam diversos desafios para permanecerem na Educação Superior. Dentre os autores estão Aguilera Urquiza, Nascimento e Brand (2010) e Souza (2019). Dentre os desafios estão os currículos eurocentrados, ausência de diálogo intercultural e falta de políticas de inclusão.

O estudo de caso identificou os desafios mencionados, ao mesmo tempo que constatou três dificuldades, que são específicas, para o contexto de nordeste do Brasil, e certamente, para o alunado indígena da UNEB. Debruça-se sobre essas dificuldades: I) moradia e transporte; II) finanças; III) adaptação tecnológica.

I. Moradia e transporte. Pelo fato da maioria dos partícipes do estudo pertencer a comunidades aldeadas, cursar a graduação em zona urbana, especialmente, para os cotistas que estão em cursos regulares, não alcançados pela pedagogia da alternância, ter uma moradia torna-se uma exigência primaz. Nem sempre os parentes estão na cidade para acolhê-los. Nesse contexto, urge a necessidade de vagas para indígenas nas residências universitárias.

A residência universitária da UNEB é regulamentada pela Resolução Nº 1.366 do Conselho Superior Universitário – CONSU, na qual, “as casas estudantis ou residência universitária são “supervisionadas e administradas pela Pró – Reitoria de Assistência Estudantil e pelos Departamentos onde esteja situada a referida Casa”

(UNEB/CONSU, 2019). Os beneficiários da política de moradia estudantil dessa IES são “os (as) estudantes regularmente matriculados (as) em cursos presenciais oferecidos nos *Campi* onde estão situadas as Casas” (UNEB/CONSU, 2019).

A referida resolução elenca algumas finalidades da moradia estudantil como: a garantia da permanência; o convívio coletivo, social e cultural, além de contribuir para a formação universitária. Tal moradia destina-se a discentes em condições de vulnerabilidade social, vinculados a uma primeira graduação e no interstício da duração do curso (Silva, 2024). Os requisitos para reconhecimento da vulnerabilidade social pela própria UNEB são: “moradia, etnia, religião, identidade, identitário, cultura e outros” (UNEB/CONSU, 2019). Os critérios para a avaliação da vulnerabilidade econômica são: o pleiteante deverá ter uma renda per capita máxima de “um salário mínimo e meio, sendo priorizado (a) o (a) candidato (a) que possuir menor renda” (UNEB/CONSU, 2019).

Assim, entende-se que as vagas em casa estudantil na UNEB deveriam ser uma “[...] possibilidade de acesso aos discentes indígenas, pois os mesmos além da corriqueira vulnerabilidade econômica, ainda atendem aos critérios da vulnerabilidade social em razão da etnia” (Silva, 2024, p. 258), no entanto, nenhum dos partícipes encontrava-se abrigado em residência estudantil.

II. Finanças. As dificuldades de cunho financeiro estão diretamente relacionadas com as ações da Pró – Reitoria de Assistência Estudantil.

Merece destaque o Programa Nacional de Assistência Estudantil para as Instituições de Educação Superior Públicas Estaduais (PNAEST) criado em 2010. Segundo Sousa, Botelho e Griboski (2018, p. 158), o programa destina “recursos financeiros às IES públicas de forma a viabilizar ações de apoio pedagógico e financeiro a estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômicas”. As regras de funcionamento do PNAEST são: participação das instituições públicas estaduais de ensino superior no Sistema de Seleção Unificada (SISU); universidades e centros universitários gratuitos; atendimento de estudantes matriculados em cursos de graduação presencial.

Para reiterar as ações desse programa, a Portaria nº 25 do MEC, considera a “[...] centralidade da assistência estudantil como estratégia de combate às desigualdades sociais e regionais e de inclusão social que promova a garantia do pleno acesso, permanência e sucesso aos estudantes das universidades” (MEC, 2010). O artigo 1º, parágrafo 1º, dessa portaria, elenca os objetivos do programa.

Dentre eles destaca-se: “aumentar as taxas de sucesso acadêmico dos estudantes [...] contribuir para a promoção da inclusão social pela educação” (MEC, 2010). Esse programa proíbe que o recurso repassado às IES estaduais seja utilizado no formato de pecúnia.

A UNEB, enquanto universidade pública, estadual e gratuita, que adotou o Sistema de Seleção Unificada – SISU como uma das formas de ingresso de alunos, recebe recursos do PNAEST e utiliza na forma de residência estudantil, apoio pedagógico e inclusão digital, conforme preconiza a mencionada Portaria, artigo 3º. A inclusão digital foi implementada na UNEB a partir de 2021 em decorrência do estado pandêmico da COVID-19. Em relação a residência universitária, esse apoio não chegou para os participantes indígenas do estudo de caso.

III. Adaptação tecnológica. O estudo de caso ocorreu durante a Pandemia de COVID-19. A UNEB, através da Resolução 1.423/2020 (UNEB, 2020), autorizou que as aulas fossem intermediadas pela tecnologia enquanto durasse a pandemia.

Se por um lado, o uso da tecnologia durante a Pandemia de COVID-19 permitiu que o semestre acadêmico seguisse e que os/ as discentes concluíssem suas graduações, por outro lado, escancarou dificuldades de conectividade e de ambiência tecnológica tanto de docentes como de discentes.

Os discentes indígenas relataram limitação de acesso a equipamentos (celular e notebook); precariedade de rede de *internet* em áreas rurais e a baixa qualidade e condições dos equipamentos eletrônicos. Percebeu-se que houve dificuldades de adaptação em decorrência da interação intermediadas pela tecnologia que se tornou essencial para a sequência dos estudos no período de crise sanitária mundial (Silva, 2024).

Diante das dificuldades comentadas acima, infere-se que a inclusão dos discentes indígenas na educação superior corresponde à condição dos “[...] excluídos de dentro” (Bourdieu; Champagne, 1992). Os discentes indígenas estão incluídos formalmente, pois estão matriculados, porém para que uma inclusão substancial aconteça, resta muito a fazer.

Padecem esses acadêmicos de “[...] uma exclusão sem dúvida mais estigmatizante e total que no passado: mas estigmatizante na medida em que tiver, na aparência, suas chances” (Bourdieu, 2001, p. 483). Percebe-se pelo processo histórico trilhado pelos povos originários no Brasil, que a exclusão foi uma marca

reiterada. No âmbito universitário, a matrícula significa muito, inaugura um acesso, porém não garante a permanência plena.

Com permanência plena entendemos a participação em todos os momentos da vida e vivência universitária, não apenas uma presença subalterna, silenciosa (no senso comum dizem que os indígenas são “tímidos”), mas defendemos uma presença simétrica e autônoma, com acesso às ferramentas tecnológicas e de socialização no dia a dia da Universidade.

Como resultado da pesquisa aqui relata, elaborou-se conceito de vivência acadêmica indígena, na qual os membros de comunidade indígenas (sujeitos étnicos conscientes) que decidem avançar nos estudos, após o Ensino Médio, submetem-se às formas de acesso à universidade para cursarem uma graduação (temporalidade), demonstrando assim a intencionalidade de vivenciar o território universitário na busca por formação profissional (Silva, 2024). Portanto, não é suficiente permanecer na educação superior. Para os indígenas é fundamental que vivenciem com dignidade de completude o estar no meio universitário.

6 CONSIDERAÇÕES

O presente artigo cumpriu seu objetivo maior de apresentar o estudo de caso realizado, bem como, de forma, secundária, discutiu dificuldades específicas apontadas pelos partícipes da pesquisa quanto a permanência na instituição de ensino superior.

Partiu-se de uma análise particular, os dados produzidos no estudo de caso, para produzir, inferência e chegar a algumas possíveis generalizações aplicáveis à presença de estudantes indígenas na educação superior. Partiu-se da observação de uma universidade multicampista em um dos estados do nordeste brasileiro para suscitar discussões sobre a presença acadêmica indígena, portanto, esse artigo não é conclusivo.

Constatou-se que a presença feminina discente e urbana é significativa no estudo e nos dados estatísticos. A diversidade étnica demonstrada em dez grupos indígenas, vinculados a três Estados nordestinos (Bahia, Pernambuco e Alagoas), se fez presente entre os participantes, dentro de uma amostra de apenas dois *campi* universitários, denotando assim, a riqueza das fontes e estimulando a aplicação da pesquisa em outras universidades pública e em outras unidades federativas.

Percebeu-se como especificidade a vulnerabilidade em relação a moradia e tecnologia dos discentes indígenas. Questionou-se a atuação da IES, no sentido das residências estudantis e do desdobramento das ações vinculadas ao PNAEST.

Relacionou-se a expressão “excluídos de dentro” com a condição dos estudantes indígenas na UNEB, pois os mesmos, tem acesso a universidade, porém enfrentam várias dificuldades que comprometem a inclusão de fato e de direito, ou seja, é possível afirmar que ocorre uma exclusão substancial.

As políticas públicas dos últimos anos, favorecem a entrada cada vez maior de indígenas na educação superior e assim, o próximo desafio é a permanência. No entanto, como afirmado anteriormente, não basta uma simples inclusão, sem autonomia ou subalterna, e sim, uma presença indígena que seja simétrica e autônoma, com acesso às ferramentas tecnológicas e de socialização no dia a dia da Universidade. E mais, torna-se fundamental o reconhecimento e atualidade dos conhecimentos produzidos ancestralmente por esses povos originários e negados pela sociedade, inclusive a universidade, que deveria ser o *locus* de todas as formas de conhecimento.

REFERÊNCIAS

ALAGOAS. Katokinn. *Secretaria de Estado da Cultura*, Maceió, 2022. Disponível em: <https://www.cultura.al.gov.br/politicas-e-aco-es/mapeamento-cultural/cultura-indigena/comunidades-indigenas-em-alagoas/katokinn>. Acesso em: 7 jun. 2026.

ATLAS. *Atlas das terras indígenas do Nordeste*. Rio de Janeiro: Museu Nacional/Peti, 1993.

BOAVENTURA, Edivaldo Machado. *A construção da universidade baiana: objetivos, missões e afrodescendência*. Salvador: Edufba, 2009. Disponível em: <https://cienciasbahia.org.br/imagens/pdf/67560789687.pdf>. Acesso em: 28 abr. 2026.

BOAVENTURA, Edivaldo Machado. *A universidade multicampi*. Rio de Janeiro: Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras, 1978.

BOMFIM, Anari Braz. Patxohã, “*Língua de Guerreiro*”: um estudo sobre o processo de retomada da língua pataxó. 2012. Dissertação (Mestrado em Estudos Étnicos e Africanos) – Universidade Federal da Bahia (UFBA), Salvador, 2012.

BOURDIEU, Pierre. *A miséria do mundo*. 4. ed. Petrópolis: Editora Vozes, 2001.

BOURDIEU, Pierre; CHAMPAGNE, Patrick. Les exclus de l’intérieur. *Actes de la recherche em*

sciences sociales. Politiques, Paris, v. 91-92, p. 71-75, mar. 1992. Disponível em: https://www.persee.fr/doc/arss_0335-5322_1992_num_91_1_3008. Acesso em: 22 abr. 2026.

BRASILEIRO, Sheila. Kantaruré. *Povos Indígenas no Brasil*, [S. l.], ISA. 2003. Disponível em: https://pib.socioambiental.org/pt/P%C3%A1gina_principal. Acesso em: 7 jun. 2026.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. *Resumo técnico do Censo da Educação Superior 2022*. Brasília, DF: INEP, 2024. [recurso eletrônico].

CARNEIRO, Lucianne; SARAIVA, Alessandra. IBGE: mulheres têm mais acesso ao ensino superior, mas ainda são minoria em áreas como engenharia e TI. *Valor Econômico*, Rio de Janeiro, 2021. Disponível em: <https://valor.globo.com/brasil/noticia/2021/03/04/ibge-mulheres-tem-mais-acesso-ao-ensino-superior-mas-ainda-sao-minoria-em-areas-como-engenharia-e-ti.ghtml>. Acesso em: 19 jun. 2026.

CARVALHO, Maria Rosário; MIRANDA, Sarah. Pataxó. *Povos indígenas no Brasil*, [S. l.], 2013.

DANTAS, Beatriz G.; SAMPAIO, José Augusto L.; CARVALHO, Maria do Rosário G. de. Os povos indígenas no Nordeste brasileiro: um esboço histórico. In: CUNHA, Manuela Carneiro da (Org.). *História dos índios no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992. p. 431-456.

FELIX, José Carlos; SALVADORI, Juliana Cristina. “Universidade e diversidade: desafios da multicampia. UNEB DCH IV como estudo de caso”. *Literatura: teoria, história, crítica*, Bogotá, v. 20, n. 2, p. 103-129, 2018.

FIALHO, Nadia Hage. *Universidade multicampi*. Campinas: Autores Associados, 2005.

GIL, Antônio Carlos. *Métodos e técnicas de pesquisa social*. 5. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

GRÜNEWALD, Rodrigo de Azeredo. Atikum. *Povos Indígenas no Brasil*, [S. l.], 1998. Disponível em: <https://pib.socioambiental.org/pt/Povo:Atikum>. Acesso em: 7 maio 2026.

IBGE. Panorama - Local: Brasil - População: 203.080.756 pessoas. *IBGE*, Rio de Janeiro, 2022. Disponível em: <https://censo2022.ibge.gov.br/panorama/>. Acesso em: 8 mar. 2026.

ISA. Kaimbé. *Povos Indígenas no Brasil*, [S. l.], 2013. Disponível em: <https://pib.socioambiental.org/pt/Povo:Kaimb%C3%A9>. Acesso em: 7 jun. 2026.

LEITE, Jurandy Carvalho Ferrari. Uma proposta para monitoramento e análise das terras indígenas. In: ISA. *Atlas das Terras Indígenas do Nordeste*. Rio de Janeiro: Museu Nacional/Peti, 1993. Pp. ix-xiv.

LIFSCHITZ, Javier Alejandro. *Comunidades tradicionais e neocomunidades*. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2011

LIMA Lucas Gama; OLIVEIRA, Amanda da Silva de; MIRANDA, Anderson Ribeiro. Indígenas, terra e território em Alagoas: uma análise geográfica da atualidade da resistência. *Revista de Geografia*, Recife, v. 36, n.1, p. 133-155, 2019.

LUCIANO BANIWA, Gersem dos Santos. *O Índio Brasileiro: o que você precisa saber sobre os povos indígenas no Brasil de hoje*. [Coleção Educação para Todos; 12]. Brasília: Ministério da Educação; Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade; LACED/Museu Nacional, 2006. Disponível em: <https://unesdoc.unesco.org/O-Indio-brasileiro-o-que-voce-precisa-saber-sobre-os-povos-indigenas-no-brasil-de-hoje-UNESCO-Digital-Library>. Acesso em: 29 ago. 2023.

MEC. Portaria Normativa n. 25, de 28 de dezembro de 2017. Dispõe sobre o processo seletivo do Fundo de Financiamento Estudantil – Fies e do Programa de Financiamento Estudantil-P-Fies referente ao primeiro semestre de 2018. *Diário Oficial da União*: MEC, 29 dez. 2010.

OLIVEIRA, Maria das Dores. Da invisibilidade para a visibilidade: estratégias Pancararu. In: ALMEIDA, Luiz Sávio de; SILVA, Cristiano Barros Marinho (Org). *Índios do Nordeste: temas e problemas*. 4. ed. Maceió: EDUFAL, 2004.

SILVA, Giovani José da. *Da terra seca à condição de índios “terra seca”*: os Atikum em Mato Grosso do Sul. 2000. Monografia (Especialização em Antropologia) – Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT), Cuiabá, 2000.

SILVA, Joelma Boaventura da. *Povos originários em Universidade multicampi: vivências acadêmicas e processos de reterritorialização*. 2024. Tese (Doutorado em Difusão do Conhecimento) - Programa de Pós- Graduação Multi-Institucional em Difusão do Conhecimento, Salvador, 2024. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/handle/ri/40440>. Acesso em: 7 jun. 2026.

SILVA, Joelma Boaventura da. *Colegiado de curso de graduação na modalidade presencial da Universidade do Estado da Bahia: diagnóstico*. 2015. 149f. Dissertação (Mestrado Gestão e Tecnologias Aplicadas à Educação) - Programa de Pós-Graduação Gestão e Tecnologias Aplicadas à Educação, Universidade do Estado da Bahia (UNEB), Salvador, 2015.

SOUZA, José Vieira de; BOTELHO, Arlete de Freitas; GRIBOSKI, Claudia Maffini (Org.). *Acesso e permanência na expansão da educação superior*. Anápolis: Ed. UEG, 2018.

SOUZA, Ana Cláudia Gomes de. Reflexões em torno da interculturalidade na universidade.

Revista do PPGCS – UFRB: Novos Olhares Sociais, Cachoeira, v. 2, n. 1, p. 135-149, 2019.

UNEB/CONSU. Resolução n. 1.423/2020. Aprova os documentos referenciais concernentes às ações acadêmicas e gestão de pessoas e procedimentos administrativos em função do estado de calamidade pública decorrente da pandemia covid-19, no âmbito da UNEB. *Diário Oficial do Estado da Bahia*: Salvador, 13 ago. 2020.

UNEB/CONSU. Resolução n. 1.366/2019. Aprova o Regimento Geral das Casas de Estudantes da UNEB. *Diário Oficial do Estado da Bahia*: Salvador, 26 jul. 2019.

YIN, Roberto K. *Estudo de caso: planejamento e métodos*. Tradução: Daniel Grassi. 5. ed. Porto Alegre: Bookman, 2015.

Sobre os autores:

Joelma Boaventura da Silva: Pós-Doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS). Doutora em Difusão do Conhecimento pela Universidade Federal da Bahia (UFBA). Mestra em Educação pela Universidade do Estado da Bahia (UNEB). Bacharela em Direito pelo Centro Universitário Jorge Amado (UNIJORGE). Docente Adjunta da UNEB, no Departamento de Ciências Humanas e Tecnologias (DCHT XIX). Advogada inscrita na Ordem dos Advogados do Brasil – Seccional Bahia (OAB-BA). Membro do Comitê de Ética em Pesquisa da UNEB, do Comitê Editorial da Revista Direito no Cinema e dos grupos de pesquisa Salamanca de Investigación en Antropología Indigenista y Educación Intercultural (GSIAIEI), Diálogos Interdisciplinares em Direitos Humanos e Diálogos do Pampa. Associada à Rede Internacional de Pesquisadores sobre Povos Originários e Comunidades Tradicionais (RedeCT). **E-mail:** jbomfim.adv@gmail.com, **ORCID:** <https://orcid.org/0000-0002-7582-6662>

Antônio Hilário Aguilera Urquiza: Doutor em Antropologia pela Universidade de Salamanca (Espanha). Professor Associado da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS). Docente do curso de Ciências Sociais, do Programa de Pós-Graduação em Direitos Humanos e do Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da UFMS. Orientador de pesquisa e bolsista de Produtividade em Pesquisa do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq – PQ-2). **E-mail:** hilarioaguilera@gmail.com, **ORCID:** <https://orcid.org/0000-0002-3375-8630>

Recebido em: 27/04/2026

Aprovado em: 11/07/2026

